

Desafios e Necessidades Apresentados ao(a) Psicólogo(a) para Trabalhar em Comunidade, na Perspectiva da Comunidade

Desafíos y Necesidades Planteados al(a la) Psicólogo(a) para Trabajar en la Comunidad, desde la Perspectiva de la Comunidad

Maria de Fatima Quintal de Freitas
Universidade Federal do Espírito Santo

Os trabalhos desenvolvidos em comunidade pelos(as) psicólogos(as) têm apresentado desafios à sua prática profissional, exigindo novas atitudes e formas de inserção e relação com a comunidade. As problemáticas relativas ao processo saúde-doença e relações cotidianas são freqüentes nesses trabalhos, fornecendo ao profissional de Psicologia um vasto campo de atuação. Diante disto sua formação tem se apresentado deficitária e/ou se caracterizado por um desconhecimento dessa realidade. Pretende-se discutir a respeito das necessidades, desafios e lacunas apresentadas a esse profissional quanto à sua formação, considerando a perspectiva da dinâmica comunitária, especialmente junto aos setores populares, que encontram-se distanciados do acesso aos seus serviços.

Los trabajos desarrollados en comunidad por psicólogos, plantean desafíos a su práctica profesional, exigiéndoles nuevas actitudes y maneras de inserción y relación con la comunidad. Las problemáticas relativas al proceso salud-enfermedad y a las relaciones cotidianas son muy comunes en estos trabajos, exigiendo al(a la) psicólogo(a) un amplio campo de actuación. No obstante, su formación se plantea con déficits y/o se caracteriza por un desconocimiento respecto de esa realidad. En este trabajo se pretende discutir sobre las necesidades, desafíos y vacíos planteados al profesional en cuanto a su formación, considerándose la perspectiva de la dinámica comunitaria, en especial en sectores populares, los que se encuentran distanciados de los servicios psicológicos profesionales.

Na década de 60', quando os primeiros psicólogos graduaram-se em universidades e faculdades brasileiras, em alguns centros de formação e pesquisa —em São Paulo, representado especificamente pela PUC-SP; em Belo Horizonte (Minas Gerais) pela UFMG e, em Porto Alegre Rio Grande do Sul pela PUC-RS— verifica-se que a realidade nacional de então, passava também a merecer a atenção e os esforços destes profissionais. Os que se envolveram com as temáticas e problemas vividos pela grande parcela da população eram, em sua maioria, aqueles psicólogos que haviam encontrado na Psicologia Social uma possibilidade para refletir e questionar as relações que se travavam entre o indivíduo e a sociedade, compreendendo esta relação como sócio-historicamente determinada, assim como percebendo-a como a explicitação necessária do seu compromisso profissional diante do qual nunca tivera sido possível se furtarem. Ou então tratavam-se de psicólogos que

se deparavam, na sua prática concreta, especialmente nos consultórios, de um lado, com os conflitos e problemas vividos pelos setores populares, e de outro, com a distância e insuficiência da Psicologia para lidar com essas problemáticas.

Neste cenário, a presença da Psicologia Social, nestas décadas, materializava-se pela ação de profissionais e investigadores —em universidades, em instituições de investigação psicossocial, em consultórios, em locais de moradia da própria população, em entidades de classe e em associações científicas, entre outros— que propunham ações concretas e/ou reflexivas, e teóricas sobre problemas relacionados às condições de moradia e de saúde, às situações relativas ao processo educacional, às condições facilitadoras e/ou dificultadoras da participação popular, à rede de relações interpessoais, aos grupos populares e suas formas de mobilização no interior dos bairros ou das fábricas, às formas de compreensão da realidade, adotadas pelas pessoas no seu universo cotidiano, entre tantas outras temáticas.

À semelhança do que se passou no Brasil, observa-se que, nos países de língua latina, o movimento de uma Psicologia Social crítica e comprometida com a realidade de seus povos, também revelou uma tendência de enfoque sobre problemas, num primeiro momento, ligado à perspectiva macro-estrutural,

Maria de Fatima Quintal de Freitas, Professora Dra. do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil.

La correspondencia relativa a este artículo debe ser enviada a Maria de Fatima Quintal de Freitas, Professora Dra. do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, R. Natalina Daher Carneiro, 740, apt. 101-A-J, Penha, Vitória, ES, CEP.: 29.060-490, Brasil, e-mail: fquintal@zaz.com.br

convergindo paulatinamente para um enquadre mais próximo e relativo às temáticas micro-estruturais e aos chamados processos psicossociais, presentes nas relações cotidianas, em diferentes espaços públicos e privados (Cordero, Dobles, & Pérez, 1996; D'Adamo, Beaudoux, & Montero, 1995; Martín-Baró, 1987; Mato, 1993; Montero, 1987, 1991a, 1991b, 1994a, 1994b; Serrano-Garcia, 1992).

Psicologia Social Comunitária: Preocupações Existentes

A Psicologia Social Comunitária como vem sendo entendida e construída, nestas últimas décadas, nos trabalhos latinoamericanos, parece poder apontar para um tipo de prática que tem (ou deveria ter) duas preocupações básicas: uma, relativa à própria *construção do conhecimento*; e outra, comprometida explicitamente com a *realidade concreta*. Falar destas duas preocupações como sendo uma marca específica da Psicologia Social Comunitária pode parecer tanto uma presunção como um certo desconhecimento com relação às outras formas de trabalho. Entretanto, o debate, aqui, proposto, não tem a pretensão de enveredar por um caminho exclusivamente comparativo. No entanto, não se pode dizer que as diferentes formas de conceber e produzir conhecimento, em qualquer campo científico, não têm tais preocupações.

A diferença parece, na realidade, estar no grau de explicitação e consciência dessas preocupações, revelando o *tipo de compromisso* que se estabelece. Em outras palavras, poder-se-ia dizer que a própria construção e existência das práticas em Psicologia Social Comunitária só têm sentido na medida em que o profissional-pesquisador envolvido deixe, de início, claras suas posições frente à vida, ao mundo e à relação que estabelece com eles (Lane & Sawaia, 1991, 1995). Isto, em certa medida, remete também a uma discussão sobre o próprio campo profissional, às contribuições que podem ser gestadas e ao papel do profissional enquanto formador de novos quadros para atuar em uma dada realidade concreta.

Tendo em vista estas considerações, propõem-se, aqui, algumas considerações a respeito desta “nova” Psicologia Social Comunitária, ou que práticas vêm sendo desenvolvidas por vários pesquisadores-profissionais que podem estar contribuindo para o desenvolvimento desta área em nosso país.

Quando se fala de uma *preocupação com o conhecimento*, entende-se uma produção de conhecimento implicado com a história concreta dos grupos e setores envolvidos. Neste sentido, isto

pressupõe uma compreensão da realidade local específica e da sua inserção no cenário nacional, submetida às influências sociais, econômicas e políticas. A própria compreensão do homem altera-se se é colocada ou não nesta dinâmica de fatores (Lane & Sawaia, 1995; Montero, 1995). Daí, a própria produção de conhecimento psicológico irá apontar para temáticas, problemas e questões diretamente afeitos à realidade cotidiana das pessoas, seja vivida nas famílias, em pequenos grupos, em grupos organizados ou setores ampliados da sociedade. Isto coloca, em um primeiro momento, a necessidade de estar sendo pensada uma nova configuração para o profissional chamado psicólogo, uma vez que seu próprio local de atuação, de repente, deixa de ser um espaço conhecido e familiar, estendendo-se para cenários em que a vida cotidiana acontece sem muito controle e previsibilidade. Em que medida os cursos de formação debruçam-se sobre esta nova configuração parece ser uma questão, recentemente apontada, e pouca enfrentada quando do próprio processo de capacitação de nossos profissionais. Entretanto, cabe ressaltar que a tônica não se coloca em uma mera diferenciação geográfica, e sim nos princípios que regem e orientam o tipo de relação que se dará entre o profissional e aquele(s) com o(s) qual(is) trabalhará. Fala-se, então, da necessidade de enfrentamento do debate a respeito dos modelos presentes na Psicologia e sua (in)adequação ao contexto concreto. Dizer, todavia, sobre adequação ou inadequação seria uma visão restrita e reducionista. Na verdade, o desafio está em desvelar que modelos, propostas e posturas têm uma “alta adequação” ao contexto concreto. Entretanto, esta chamada adequação pode não estar realizando nada de novo ou transformador, mas simplesmente propiciando uma ampliação da Psicologia e sua proximidade aos setores até bem pouco tempo alijados dessa possibilidade de “ajuda” psicológica (Freitas, 1998).

Quando se fala de uma *implicação com a realidade concreta*, entende-se uma postura que se diferencia de ajudas paternalistas e assistencialistas, ou mesmo de distanciamentos assépticos para com a realidade, em nome da supremacia da ciência e da produção de um conhecimento rigoroso (Martín-Baró, 1987; Pelissari, 1996; Perdomo, 1988). Se as temáticas e problemas emergentes do cenário social é que acabam se tornando o conteúdo do universo dos pesquisadores/profissionais, a maneira como este universo de acontecimentos é visualizada e matizada sinaliza para possibilidades de construção não só de conhecimentos, mas de alternativas concretas

para essa realidade (Freitas, 1998; Montero, 1995). Assim, a compreensão do que vem a ser “psicológico” nos chamados contextos comunitários apresenta-se como tendo crucial importância, na mesma medida em que tal conceito tem finalidades e funcionalidades diversas nas diferentes relações sociais (Freitas, 1998).

Demanda Intrínseca e Extrínseca à Psicologia

O desenvolvimento de trabalhos para além dos muros acadêmicos, tendo a participação dos profissionais de Psicologia, tem se deparado, em especial nestes últimos 15 anos, com uma demanda intrínseca e extrínseca à comunidade científica. Intrínseca, na medida em que hoje, próximos do final dos anos '90, nos deparamos com desafios de ordem metodológica e epistemológica quando do desenvolvimento dos trabalhos da Psicologia Social Comunitária (Montero, 1994a; Freitas, 1994b). Extrínseca, quando, em especial nos países do chamado terceiro mundo, os governos têm adotado posturas e defendido a ampliação de trabalhos e projetos no âmbito comunitário como um dos grandes baluartes e panacéias de suas administrações. Se antes os projetos e trabalhos comunitários recebiam uma qualificação inferior, hoje presenciamos um grande interesse e motivação para a sua realização, com diferentes perspectivas, interesses e compromissos (Campos, 1996).

Psicólogo em Contextos Comunitários: Questionamentos

O tipo de inserção nos processos comunitários, assim como a realização de trabalhos de intervenção nesses contextos, têm trazido à baila *questões* que têm se distribuído desde *análises a respeito da formação profissional*, até *aspectos metodológicos e teóricos* necessários para orientar a própria prática, passando por uma reflexão sobre o *papel e compromisso sociais* desse profissional junto a essa realidade. Tratam-se de indagações antigas, trazendo de *inédito* o aspecto da ampliação das possibilidades de atuação deste profissional, revelando, ao mesmo tempo, que os cursos de formação pouco têm acompanhado tais exigências.

Um dos aspectos que parece interessante aqui refere-se ao tipo de trabalho desenvolvido junto a comunidades de nível sócio-econômico baixo, em que a prática psicológica tem sido confrontada com as necessidades dessas comunidades e com os desafios

para o seu desenvolvimento. Outro aspecto a se destacar refere-se ao fato de que essas práticas colocaram o profissional de Psicologia em contextos e dinâmicas diferentes daquelas para as quais recebeu uma formação. Tratam-se de espaços “abertos” e relações continuamente “mutantes” sobre as quais a possibilidade de controle e domínio é pequena, especialmente porque a dinâmica/movimento dos acontecimentos, a todo momento, coloca desafios e perguntas, além de exigir encaminhamentos próprios e derivados do contexto natural.

Desafios: “Alvo” Diferente e Identidade “Mutante”

Entre os *desafios*, um deles está ligado ao chamado “alvo” da ação do psicólogo, ou seja, a comunidade.

A relação e a qualidade da interação entre os dois, agora, no contexto comunitário, apresentam-se diversas das configurações tradicionais em que a prática psicológica tem sido discutida e construída a partir da academia. A perspectiva sai do âmbito individual e estabelecido a priori, para uma ação coletiva, grupal e incerta, e construída a posteriori (Freitas, 1994a, 1996b). Mas nem por isso, menos importante ou rigorosa do ponto de vista da produção de conhecimentos e práticas psicológicas em comunidade.

Outro *desafio* refere-se à própria identificação do profissional como sendo um profissional da Psicologia. Assim, a apreensão ou compreensão da sua identidade como psicólogo vê-se ameaçada, visto que a cada momento este profissional vive embates que lhe exigem outras e, talvez, novas formas de atuar, produzir conhecimento e construir suas práticas.

Como estão os Cursos de Psicologia e o Processo de Formação

Hoje, podemos dizer que houve, no Brasil, por parte da categoria dos profissionais de Psicologia e de suas instituições de formação, uma ampliação no leque de temáticas e problemas que se tornaram alvo de investigações científicas e de planejamentos de ação. Em parte, poder-se-ia tributar isto, também, ao processo de construção de uma Psicologia preocupada com a prática concreta e mais afeita à realidade de nosso país. Este foi um sub-produto provocado por este movimento iniciado no campo da Psicologia Social e Comunitária, Latinoamericana e Brasileira, que explicitou de imediato o tipo de vínculo e compromisso que tinha ou pretendia ter com o seu chamado objeto de investigação. Por outro lado, as

próprias demandas da dinâmica social colocadas aos profissionais das ciências sociais e humanas fizeram com que os modelos mais clássicos em Psicologia, também tivessem de se adaptar para, pelo menos, tornarem-se mais sensíveis e, potencialmente, captadores desses fenômenos que atravessam a sociedade. Assim, mesmo os trabalhos desenvolvidos em Psicologia, com fortes características descritivas, passaram a colocar diante da sua lente investigativa temas ligados à realidade concreta da vida das pessoas, mesmo que não tivessem um compromisso em encontrar propostas de mudança da realidade da qual obtinham as informações.

Hoje, nos cursos de graduação, falando-se especificamente das instituições públicas, temos verificado um aumento de projetos de pesquisa e de extensão que se caracterizam pelos temas e conceitos com os quais a Psicologia Social e Comunitária vem trabalhando. Pode-se, assim, pensar em uma espécie de ampliação das frentes de trabalho e de pesquisa que lidam com os problemas sociais. Isto, em parte, leva-nos a considerar que os trabalhos e preocupações da Psicologia Comunitária, enfim, estão obtendo algum espaço na comunidade científica.

Características do Contexto em que a Prática tem Acontecido

Hoje, próximos ao final dos anos 90', a *prática do psicólogo* fora dos ambientes tradicionais apresenta algumas *características*:

1. Perda do seu caráter de clandestinidade, tendo passado para um plano de trabalho permitido, embora com status de menor importância (marginal aos modelos dominantes), chegando na atualidade a obter um certo reconhecimento. Este fato pode implicar, pelo menos, em dois aspectos: um, de que diminuíram as dificuldades e impedimentos quanto à sua *aceitabilidade*, em termos de se constituir em mais uma possibilidade de trabalho a ser desenvolvido; e, outro, de que se abriram também *possibilidades* para *reflexões* a respeito dos aspectos intrínsecos a essa prática. Esta tarefa deveria estar sob a responsabilidade da universidade e dos centros de produção de conhecimento e formação de quadros técnicos, embora ainda seja pouco significativa esta participação.
2. Aumento das solicitações para que a Psicologia participe mais da sociedade e das problemáticas que esta enfrenta. Surgem as demandas para os trabalhos inter e transdisciplinares. Os trabalhos são incentivados e várias são as iniciativas de criação

de projetos e equipes diversificadas, acontecendo em espaços institucionalmente reconhecidos.

3. A atuação deste profissional agora se dá no seio das instituições, deixando de ser um trabalho não remunerado e voluntário. Isto implicou em uma *alteração do tipo de vínculo* entre o profissional e a comunidade. Antes, dependia muito mais de uma opção própria e autônoma do psicólogo, hoje, seu vínculo e envolvimento acontecem mediatizados pela relação institucional estabelecida. Além disso, passou a ser solicitado que respondesse, de maneira rápida e eficaz, às demandas concretas que se apresentavam e, para isso, deparou-se com a constatação de que dispunha, em sua maioria, de modelos e estratégias clássicas utilizadas nas "áreas" tradicionais da Psicologia Clínica, Educacional e Organizacional, para as quais sua formação estava dirigida.
4. Os *modelos teóricos* para a preparação desse profissional, durante a sua formação na graduação, diante desta "nova" realidade, mostraram-se *pouco sensíveis e captadores da realidade concreta*, embora tenham sofrido poucas alterações no curso dos anos. Isto acaba por revelar uma certa cristalização da universidade na transmissão e continuidade desses modelos, implicando em baixas possibilidades de (re)construção de novos paradigmas para as práticas da Psicologia em comunidade. Indica também, uma certa manutenção do *distanciamento e desconhecimento* dos nossos estudantes e professores para com a realidade cotidiana da nossa população.
5. Os *modelos* teóricos adotados nas práticas clínicas e educacionais *foram transpostos* para a prática em comunidade. O psicólogo passou a ser visto, nesta realidade, como fundamentalmente promotor de saúde. De um lado, como quem se "definiu" um papel social deste profissional, de outro, os referenciais e as maneiras de enfocar o seu objeto de estudo não foram, necessariamente, modificados.
6. Encontram-se alguns trabalhos e práticas apoiados nos referenciais teóricos e metodológicos de uma Psicologia Social crítica e histórica, apontando para a chamada prática da Psicologia Social Comunitária. Verifica-se, portanto, a convivência de *diferentes paradigmas*, ao lado da emergência ou do esboço de novos paradigmas (Montero, 1994a).

Toda esta dinâmica do contexto em que as práticas da Psicologia em comunidade têm sido desenvolvidas, nestas últimas décadas, apontam para tres aspectos que, em nosso entender, apresentam-se hoje como grandes desafios a serem enfrentados se se pretende estar for-

mando e capacitando quadros técnicos para trabalharem junto aos setores populares (Freitas, 1998).

Tais aspectos são:

- a. Grande diversidade —e muitas vezes uma certa incongruência e incompatibilidade— nos modelos teóricos, metodológicos e epistemológicos presentes nas diferentes práticas em comunidade, mesmo que dirigidas a problemáticas semelhantes.
- b. A identidade do profissional de Psicologia que tem trabalhado em comunidade apresenta-se difusa, às vezes ambígua ou confusa, e pouco definida.
- c. Existência da necessidade de construção de um “novo paradigma” que norteie o desenvolvimento dos trabalhos comunitários pelos profissionais de Psicologia.

Algumas Conclusões

Neste momento, gostaríamos de propor uma reflexão sobre alguns aspectos:

1. Houve e está havendo, sim, uma ampliação do espaço de atuação do profissional de Psicologia e, conseqüentemente, abre-se o leque de problemáticas sobre as quais pode trabalhar. Entretanto, cabe-nos perguntar sobre os aspectos filosóficos e epistemológicos presentes nos modelos teórico-metodológicos que estão orientando estas práticas: tratam-se de paradigmas emergentes construídos a partir destas novas configurações, derivadas do processo de inserção na realidade; ou, podem estar recebendo novas nuances adaptativas, decorrentes da necessidade de trabalhar em locais novos e diferentes aos que tradicionalmente vinham trabalhando, mantendo e preservando os paradigmas antigos?
2. Diferentes psicólogos, oriundos de diversificadas tendências teóricas e com enquadres filosóficos distintos sobre a relação indivíduo e sociedade, têm se envolvido com problemáticas, até então estranhas e pouco comuns à sua prática, e têm produzido determinadas ações. Cabe aqui indagar se o fato de estarem produzindo práticas, como produto de seu trabalho, pode por si só autorizar concebê-los como psicólogos que estejam comprometidos com as problemáticas concretas vividas pelas diferentes comunidades. Ou então, seria melhor dizer que isto, no mínimo, estaria trazendo para o debate a questão do compromisso profissional, sendo necessária também uma discussão sobre os diferentes espaços de/para atuação e as possibilidades de incorporação de um maior número de profissionais, empregando

coerentemente modelos e estratégias teórico-metodológicas.

3. A saúde, enquanto área ou tema, tem aparecido de maneira frequente nos mais variados trabalhos, sejam eles de recorte clínico, educacional, comunitário, institucional ou mesmo organizacional. Isto pode nos levar a pensar que o psicólogo, independentemente de suas especificidades, estaria se constituindo em um profissional da saúde. Ao mesmo tempo, aqui poderíamos encontrar algumas questões sobre as delimitações —se é que podem existir— entre campos de atuação e campos de conhecimento; e também sobre a necessidade de deverem existir (ou não) especificidades teórico-metodológicas na prática do psicólogo, quando da sua atuação.
4. Outro aspecto diretamente ligado é um debate recente que tem se instalado na academia —e, conseqüentemente, nos cursos de formação— a respeito da necessidade do psicólogo ser um profissional generalista e, neste sentido, sua atuação estaria orientada para se constituir em um profissional da saúde. Encontra-se na base disto a concepção de que trabalhar com o ser humano em sua totalidade, seria trabalhar com sua saúde e seus determinantes, internos e/ou externos. Isto nos leva a considerar os aspectos teóricos, metodológicos e filosóficos que deveriam ser relevantes no seu processo de formação. Entre eles, a Psicologia Social na medida em que se dispõe a considerar as pessoas em sua totalidade e em movimento, seria um desses elementos que poderiam estar balizando as práticas a serem desenvolvidas e, ao mesmo tempo, poderia contribuir para dar uma especificidade ao trabalho do psicólogo, quando realizado em equipes inter e multidisciplinares.
5. Entretanto, gostaria de chamar a atenção para o fato de que o simples aspecto do aumento dos projetos —sejam de pesquisa e/ou intervenção— ligados a alguma faceta da dinâmica social concreta, em nossos cursos de graduação, implicando também na participação de um número crescente de estudantes, estagiários e bolsistas, não significa, direta e necessariamente, que nossos cursos têm se tornado mais sensíveis e, potencialmente, conhecedores e comprometidos com a realidade de nossa gente. Isto pode estar acontecendo, pelo menos nas escolas públicas, mas não implica diretamente uma mudança ou redefinição de formas de trabalho, e às vezes, muito menos implica em uma nova concepção do ser humano, aspectos estes que consideramos

imprescindíveis para uma prática coerente a uma visão crítica existente em Psicologia Social.

6. Ainda há que se lembrar, aqui, o fato do curso de Psicologia ser ministrado na grande maioria em instituições particulares, cujas condições de trabalho dos professores, não contribuem e muito não favorecem o desenvolvimento de projetos e trabalhos integrados de pesquisa e/ou extensão. Some-se a isto a grande adoção de programas e modelos teóricos tradicionais que vêm compondo as grades curriculares mínimas dos cursos, que em sua essência conservam uma visão distanciada do psicólogo para com a sua realidade concreta, dentro normalmente de uma proposta individualista e psicologizante. Com relação às escolas públicas, embora esta trajetória de construção de uma Psicologia Social e Comunitária, crítica e comprometida com o contexto nacional tenha se dado e esteja se fortalecendo nestas últimas duas décadas, parece que somos ainda alguns poucos imbuídos da necessidade de serem realizados trabalhos concretos ou de serem formados profissionais para a realização de tais ações junto às diferentes esferas da sociedade. Ainda, infelizmente, a maioria dos nossos professores e estudantes nos cursos de Psicologia pouco conhece e convive com as condições de vida da maioria de nossa população. Os que conhecem —normalmente, provenientes das escolas particulares— não dispõem de recursos, materiais e nem tempo para fazê-lo. Aqueles que dispõem de condições para atuar, ou se enredaram por outros caminhos teóricos e profissionais, ou enfrentam as dificuldades inerentes à realização de projetos, tendo tão somente as possibilidades derivadas dos escassos recursos.
7. Em tempos da chamada globalização, todos os campos profissionais têm sido chamados a se redefinirem e a se adaptarem à velocidade dos acontecimentos. Em específico, no que concerne à Psicologia, estes chamamentos situam-se diretamente na esfera do cotidiano e da subjetividade humana. A maneira como concebemos tais fenômenos e como compreendemos este processo irá determinar os recursos que poderão ser utilizados, seja em um trabalho de investigação ou intervenção. Nesta perspectiva a Psicologia Social enquanto suporte teórico e conceitual, com a finalidade de manter uma compreensão global e histórica, apresenta-se como tendo um papel importante. As possibilidades para a prática, que esta disciplina aponta, parecem-nos decisivas em termos de serem redefinidas, desconstruídas e reconstruídas

novas práticas psicológicas, associando-se às especificidades dos outros campos disciplinares.

Referências

- Campos, R. H. F. (1996). A Psicologia Social Comunitária. En R. Campos (Org.), *Psicología Social Comunitária. Da solidariedade à autonomía* (pp. 9-16). Petrópolis: Vozes.
- Cordero, T. (1996). Problemática psicosocial de los obreros esterilizados por el DBCP en Costa Rica. Em T. Cordero, I. Dobles, & R. Pérez (Comps.), *Dominación social y subjetividad. Contribuciones de la Psicología Social* (pp. 95-110). San José, Costa Rica: Ed. Universidad de Costa Rica.
- D'Adamo, O., & Beaudoux, V. G. (1995). Actitudes hacia la democracia: Del modelo clásico liberal a las nuevas democracias participativas. Em O. D'Adamo, V. G. Beaudoux, & M. Montero (Comps.), *Psicología de la acción política* (pp. 79-90). Barcelona: Paidós.
- Freitas, M. F. Q. (1994a). Práticas en comunidad y Psicología Comunitaria. Em M. Montero (Coord.), *Psicología Social Comunitaria: Teoría y método* (pp. 139-166). México: Guadalajara.
- Freitas, M. F. Q. (1996a). Contribuições da Psicologia Social e Psicologia Política ao desenvolvimento da Psicologia Social Comunitária. *Psicología & Sociedade. ABRASO/PUC-SP*, 8, 63-82.
- Freitas, M. F. Q. (1996b). Psicologia na Comunidade, Psicologia da Comunidade e Psicologia (social) Comunitária. Práticas da Psicologia em Comunidade nas décadas de 60' a 90', no Brasil. Em R. Campos (Org.), *Psicología Social Comunitária* (pp. 54-80). Petrópolis: Vozes.
- Freitas, M. F. Q. (1998). Novas práticas e velhos olhares em Psicologia Comunitária: Uma Conciliação Possível?. Em L. Souza, M. Freitas, & M. Rodrigues (Orgs.), *Psicología: Reflexões (im)pertinentes* (pp. 83-108). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Freitas, M. F. Q. (1994b). *Psicología Comunitária: Profesores de Psicología falam dos modelos que orientam a sua prática*. Tese de Doutorado em Psicologia Social, PUC-SP.
- Lane, S. T. M., & Sawaia, B. B. (1991). Community Social Psychology in Brazil. *Applied Psychology: An International Review*, 40, 119-142.
- Lane, S. T. M., & Sawaia, B. B. (1995). La Psicología Social Comunitária en Brasil. Em E. Wiesenfeld & E. Sánchez (Comp.), *Psicología Social Comunitária. Contribuciones latinoamericanas* (pp. 69-116). Caracas: Tropykos.
- Martín-Baró, I. (1987). *Sistema, grupo y poder. Psicología Social desde Centroamérica II*. San Salvador, El Salvador: UCA Editores.
- Mato, D. (1993). *Diversidad cultural y construcción de identidades. Estudios sobre Venezuela, América Latina y el Caribe*. Caracas: Tropykos.
- Montero, M. (1987). A través del espejo. Una aproximación teórica al estudio de la conciencia social en América Latina. Em M. Montero (Coord.), *Psicología Política Latinoamericana* (pp. 163-202). Caracas: Panapo.
- Montero, M. (1991a). La justicia del mundo, el autoritarismo y la necesidad de torturar. Análisis de una expresión ideológica. Em M. Montero (Coord.), *Acción y discurso. Problemas de Psicología Política en América Latina* (pp. 256-276). Caracas: EDUVEN.
- Montero, M. (1994b). Vidas paralelas: Psicología Comunitaria en Latinoamérica y en Estados Unidos. Em M. Montero (Coord.), *Psicología Social Comunitaria. Teoría, método y Experiencia* (pp. 19-46). México: Universidad de Guadalajara.

- Montero, M. (1994a). Un paradigma para la Psicología Social. Reflexiones desde el quehacer en América Latina. Em M. Montero (Coord.), *Construcción y crítica de la Psicología Social* (pp. 11-26). Barcelona: Anthropos.
- Montero, M. (1995). Modos alternativos de acción política. Em O. D'Adamo, V. G. Beaudoux, & M. Montero (Comps.), *Psicología de la Acción Política* (pp. 91-110). Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (1991b). *Ideología, alienación y identidad nacional. Una aproximación psicosocial al ser venezolano* (3a. edição). Caracas: Ediciones de la Biblioteca, UCV.
- Pelissari, M. A. (1996). *A condição cidadã*. Piracicaba: UNIMEP.
- Perdomo, G. (1988). El investigador comunitario: Científico, imparcial o gestor del cambio social? *Boletín AVEPSO*, XI, 34-41.
- Serrano-García, I. (1992). Intervención en la investigación: Su Desarrollo. Em I. Serrano-García & W. R. Collazo (Eds.), *Contribuciones puertorriqueñas a la Psicología Social-Comunitaria* (pp. 211-282). Puerto Rico: Editorial de la Universidad de Puerto Rico.

